



DEPARTAMENTO DE TAQUIGRAFIA, REVISÃO E REDAÇÃO

NÚCLEO DE REDAÇÃO FINAL EM COMISSÕES

TEXTO COM REDAÇÃO FINAL

CONSELHO DE ALTOS ESTUDOS E AVALIAÇÃO TECNOLÓGICA		
EVENTO: Reunião Ordinária	Nº: 0339/11	DATA: 27/04/2011
INÍCIO: 14h14min	TÉRMINO: 15h00min	DURAÇÃO: 00h47min
TEMPO DE GRAVAÇÃO: 00h47min	PÁGINAS: 17	QUARTOS: 10

DEPOENTE/CONVIDADO - QUALIFICAÇÃO

SUMÁRIO: Debate sobre projetos em estudo pelo Conselho de Altos Estudos e Avaliação Tecnológica.

OBSERVAÇÕES
Houve intervenção fora do microfone. Inaudível.



O SR. PRESIDENTE (Deputado Inocêncio Oliveira) - Está iniciada mais uma reunião do Conselho de Altos Estudos e Avaliação Tecnológica.

Boa tarde a todos.

Estão presentes os ilustres Deputados Pedro Uczai, Fernando Marroni, Luciano Moreira, titulares do órgão, vários assessores, inclusive o nosso Secretário-Executivo, Ricardo Rodrigues, que também dá contribuição importantíssima como consultor-geral da Câmara.

Saúdo o Deputado Paulo Foletto, que se integra como titular deste órgão.

Agradeço a presença daqueles que não pertencem ao Conselho, mas vêm frequentemente para dar também sua contribuição e sua opinião.

Quero resolver uma questão que ficou pendente na última reunião. O Deputado Arnaldo Jardim propôs que se criasse marco regulatório para o etanol. Naquela ocasião, com muita propriedade, o Deputado Newton Lima propôs que se incorporasse o tema das energias renováveis, apresentado pelo ilustre Deputado Pedro Uczai. Depois de meditarmos muito e ouvirmos algumas considerações do nosso querido colega Deputado Arnaldo Jardim, chegamos à conclusão de que talvez fosse melhor tratar dos temas isoladamente. A questão do marco regulatório do etanol, além de urgente, vai ser rápida, ao passo que, no caso das energias renováveis, poderemos levar muito mais tempo, sobretudo porque o País dispõe de gama muito grande desse tipo de energia. Por isso, peço licença ao Deputado Newton Lima — hoje não pôde comparecer porque participa de reunião da Comissão Especial sobre o Plano Nacional de Educação — para que o marco regulatório do etanol seja tratado separadamente.

Inicialmente, gostaria de apresentar um CD sobre os trabalhos do Conselho que foram feitos até agora. Todos vão levar um exemplar para casa. São três Séries. A primeira diz respeito aos *Cadernos de Altos Estudos*. Oito já foram publicados. A segunda Série: Avaliação de Políticas Públicas, em que alguns trabalhos também já foram elaborados. A terceira Série: Documentos do Conselho. Com este CD pretende-se mostrar essas publicações do Conselho.

Anuncio para o próximo dia 8 de junho de 2011, no Espaço Café do Salão Verde, mais um lançamento do Conselho de Altos Estudos: *Setor Mineral: Rumo a um Novo Marco Legal*, que teve como Relator o Deputado Jaime Martins. Vamos



convidar o Presidente da Câmara e outras autoridades ligadas ao setor, para que possamos fazer um lançamento bastante produtivo.

Vou passar a palavra ao Deputado Luciano Moreira, para que fale sobre o andamento do estudo, após reunião de trabalho realizada com o Secretário-Executivo, Dr. Ricardo Rodrigues, consultores legislativos da área de transportes, Sandro Gonçalves e Rodrigo Borges, e o Sr. Paulo Motta.

Tem a palavra V.Exa., Deputado Luciano Moreira.

O SR. DEPUTADO LUCIANO MOREIRA - Sr. Presidente, senhores membros, em primeiro lugar, quero dizer da satisfação por ter mais uma vez esta convivência. Este é um dos ambientes da Câmara em que nos sentimos muito à vontade e, ao mesmo tempo, muito confortados, pela relevância dos temas discutidos e das propostas de estudo.

Faço apenas uma retrospectiva. Na primeira reunião que tivemos, abordamos a logística de forma muito mais ampla. A questão foi submetida aos membros do Conselho, tendo sido aprovada não com algumas restrições, mas com observações. No decorrer das reuniões seguintes, houve um processo de afunilamento, de aperfeiçoamento. Hoje eu poderia dizer, até como resultado da reunião de ontem com a Consultoria, que conseguimos definir melhor o escopo desse trabalho.

Nós tínhamos preparado um plano de trabalho, que foi até objeto de discussão na Consultoria. Hoje não o entregamos exatamente devido a essas adequações, essas alterações que ocorreram na Consultoria, sob a orientação do Dr. Ricardo e do Dr. Sandro, que está presente também e nos acompanhou nessa discussão.

No dia 6 de abril, como V.Exa. teve de se ausentar, o Deputado Newton Lima deu a sugestão de que focássemos na logística portuária e no transporte intermodal, por entender que não poderíamos trabalhar a logística portuária, toda a cadeia, o objeto de escoamento, os investimentos necessários, sem considerar o transporte intermodal, principalmente com o foco que se estava procurando dar à Região Norte, à questão central do trabalho. Naturalmente isso repercute nas outras regiões, que já foram objeto de discussão aqui, pela ampliação das possibilidades do fortalecimento do Corredor Centro-Norte.



Na reunião de ontem, dia 26, com a Consultoria Legislativa, alguns pontos ficaram definidos e se adequarão ao plano de trabalho, para ser aqui distribuído na próxima reunião. Seriam convidados a agência reguladora, a agência portuária, a ANTAQ, outras instituições governamentais e não governamentais, como é o caso da Confederação Nacional da Agricultura, que tem estudos nessa área também. Eles seriam convidados para vir ao Conselho fazer uma discussão voltada para o tema da logística portuária e do transporte intermodal.

Alguns pontos ficaram bem definidos na reunião de ontem. O primeiro foi a abordagem do desenvolvimento nacional e da competitividade, como foco do trabalho. Nós entendemos que, ao término de um trabalho dessa natureza, dessa complexidade, teria que ser gerado algum instrumento, um projeto de lei ou qualquer outra ferramenta, que pudesse validar e fortalecer as conclusões do estudo ora apresentado ao Conselho.

Essa abordagem do desenvolvimento nacional e da competitividade será um requisito para o trabalho em si.

Uma oportunidade seria discutir as desigualdades regionais, com aproveitamento de vocações produtivas e logísticas do Centro-Norte, sem prejuízo de nenhuma região e em benefício de todo o País.

A abordagem da produção e seu escoamento. É a problemática que se vivencia hoje. Nós citamos como exemplo o caso da soja, que é um fato mais marcante e que já se apresenta sob certa ameaça à competitividade com os outros países no que diz respeito ao preço final por causa da logística. Ou seja, nós temos preço competitivo até a porteira das fazendas, mas, na saída do produto, há problema com o escoamento, por causa da qualidade das estradas, das rodovias, dos portos. Enfim, um conjunto de fatores poderá afetar a competitividade.

A abordagem preventiva contra os riscos do apagão portuário. Nós nos apropriamos desse termo, um termo forte. Num trabalho feito pela Confederação Nacional da Agricultura e pela confederação da pesca, é usado esse termo, para se chamar a atenção para a necessidade de investimentos em logística portuária. Usam esta expressão — apagão portuário — devido ao volume muito pequeno de investimentos nas áreas portuárias.



O Porto do Itaqui, por exemplo, é uma referência não só do ponto de vista estratégico para o escoamento de toda a produção de grãos do Centro-Oeste e de parte do Maranhão, do Piauí e do Tocantins, mas há 7 anos reivindica um terminal para armazenagem de grãos, o TEGRAM.

Felizmente, agora está sendo concluída a análise do edital pelo Tribunal de Contas da União, para que haja a licitação ainda neste semestre, o que nós esperamos que aconteça. Mas isso ocorre depois de um longo período de demanda e de prejuízo para o escoamento da produção de soja, que foi o exemplo citado.

O foco no Corredor Centro-Norte é outro requisito, pelo conjunto de estudos e de informações, como nós dissemos, sem prejuízo para as outras regiões. Se é fortalecida a exportação de grãos, por exemplo, através do Corredor Centro-Norte ou do Complexo Portuário da Amazônia Legal, naturalmente haverá redução dos gargalos que existem hoje na infraestrutura portuária das regiões para as quais hoje convergem grande parte da exportação de grãos.

Em relação às iniciativas governamentais em andamento, a Consultoria, como foi dito pelo Dr. Ricardo, não teria a estrutura, as condições de iniciar um trabalho de levantamento, de pesquisa, de prospecção a ponto de apresentar um estudo de impacto, mas teria que aproveitar e até otimizar todo esse conjunto de informações e de estudos, de forma integrada, para apresentar um resultado, um trabalho do Conselho de Altos Estudos.

Esses itens nortearão o trabalho que passou a ter esse foco definido, até mesmo pela mudança da nomenclatura, ou seja, *Logística Portuária e Transporte Intermodal*. Essa será a nova orientação para o trabalho.

Não próxima reunião, apresentaremos o plano de trabalho, o esboço feito em conjunto com a Consultoria. Há proposta de seminários, de convites a autoridades governamentais e não governamentais para que venham apresentar os estudos em andamento.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Inocêncio Oliveira) - Queria propor ao Deputado Luciano Moreira que comecemos ouvindo as autoridades, o Presidente da ANTAQ, da agência reguladora. Ouviríamos algumas autoridades logo e, depois, realizaríamos o seminário, já com algum conhecimento sobre o assunto.

O SR. DEPUTADO LUCIANO MOREIRA - A ideia é essa, Sr. Presidente.



O SR. PRESIDENTE (Deputado Inocêncio Oliveira) - O tema é importantíssimo. A televisão, os meios de comunicação mostram quadro dramático: fila de mais de 20 quilômetros de caminhões para se chegar ao Porto de Paranaguá. O mesmo ocorre em Santos também, em qualquer lugar. Sobre esse assunto, o Conselho poderá dar uma importante contribuição, até pelo conhecimento do Relator, pessoa altamente competente e habilitada nesse assunto. Então, quero louvar o Deputado Luciano Moreira e sugerir que começássemos ouvindo, na próxima reunião, o Presidente da ANTAQ.

Determino ao Paulo Motta que seja iniciado esse trabalho, porque é uma importante contribuição que vamos dar ao nosso País.

Deputado Luciano Moreira, meus parabéns!

O SR. DEPUTADO LUCIANO MOREIRA - Obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Inocêncio Oliveira) - Antes, quero pedir licença para saudar o nosso colega Deputado Paulo Foletto, que se reúne conosco, para dar sua relevante contribuição ao trabalho deste Conselho. Seja bem-vindo, meu querido colega Deputado Paulo Foletto. Este Conselho é de todos nós e pretende apenas, sem competir com as Comissões Permanentes da Casa, desenvolver temas que são fundamentais para o País.

Não preciso dizer que este é o Deputado Félix Mendonça Júnior, filho do meu colega Parlamentar e amigo Félix Mendonça, que, desde o início, pertenceu ao Conselho e se sentava nessa cadeira. Fez um extraordinário trabalho sobre a dívida pública brasileira. Foi o segundo volume da série dos *Cadernos*. O primeiro foi *Biodiesel e Inclusão Social*. O segundo, *A Dívida Pública Brasileira*, que hoje ainda é referência, em todo o Brasil, sobre o assunto. O Deputado Félix Mendonça Júnior está aqui ouvindo; depois, vai falar muita coisa.

Deputado Luciano Moreira, tem algo mais a dizer?

O SR. DEPUTADO LUCIANO MOREIRA - Não, Sr. Presidente. É só isso.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Inocêncio Oliveira) - Passo a palavra ao meu amigo Deputado Pedro Uczai.

O SR. DEPUTADO PEDRO UCZAI - Sr. Presidente, quero cumprimentar os colegas Deputados, os assessores técnicos e também falar sobre os encaminhamentos relativos à nossa temática.



Em relação ao primeiro ponto que V.Exa. levantou aqui, a partir do diálogo com o Deputado Arnaldo Jardim, não tenho oposição, se for o entendimento de S.Exa. conduzir de forma autônoma e independente. A única observação, que eu também fiz na outra oportunidade, é a seguinte: conforme a tradição do Conselho, quatro temas prioritários são discutidos; se aprovarmos a separação do debate sobre o etanol, ele poderá ficar na fila aguardando a conclusão dos outros temas.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Inocêncio Oliveira) - É verdade.

O SR. DEPUTADO PEDRO UCZAI - Considerando esse entendimento e a urgência alegada por V.Exa., nós discutimos a respeito de uma sub-relatoria, inclusive para que o Deputado seja Correlator nessa área do etanol.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Inocêncio Oliveira) - Exato. Agora, veja o seguinte: como está saindo o setor mineral no dia 8 de junho, ele poderá entrar nessa vaga, porque nós passaríamos a ter *Propriedade Intelectual, Inovação e Patentes; Marco Legal para as Energias Renováveis*; depois, *Logística Portuária e Transporte Intermodal*; e, por fim, *Capacitação Tecnológica das Pequenas e Microempresas.*, Seriam, então, os quatro temas a se tratar neste ano. Esses temas são prioritários. Ele fica na fila. No dia 8 de junho, quando se concluir o estudo *Setor Mineral: Rumo a um Novo Marco Legal*, ele entrará.

O SR. DEPUTADO PEDRO UCZAI - O.k.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Inocêncio Oliveira) - Continua com a palavra V.Exa., Deputado Pedro Uczai.

O SR. DEPUTADO PEDRO UCZAI - O segundo ponto. Numa das tarefas, em que a nossa assessoria atuou de forma brilhante, nós discutimos e deliberamos no âmbito deste Conselho, a respeito de matriz energética brasileira, marco jurídico, marco regulatório. Além do existente, o que se estava propondo no Congresso Nacional quanto a esta matéria, energias renováveis? Wagner, nosso assessor, de maneira brilhante, trouxe-nos alguns dados que apontam que, se não me engano, 65 projetos sobre energias renováveis estão tramitando no Senado Federal ou na Câmara dos Deputados.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Inocêncio Oliveira) - É verdade.

O SR. DEPUTADO PEDRO UCZAI - São 65 projetos. Isso, depois, se os Deputados tiverem interesse, podemos reproduzir e fazer chegar à mão dos



Deputados, para perceberem a importância que esse tema tem tido nos últimos anos na Câmara dos Deputados e no Senado Federal.

Eu estava vendo os vários temas propostos aqui, muito semelhantes: numa área há 8 projetos apensados; em outra, há 19 projetos apensados; em outra, há 7 projetos. Isso demonstra a prioridade política que os Parlamentares têm dado, pelo menos nos últimos 4 anos, a projetos em tramitação. Porém, por outro lado, não se votam no Congresso as principais propostas legislativas.

Há uma proposta que estaria pronta para ser deliberada em plenário, que foi construída pela Comissão Especial. Poderia ser um dos encaminhamentos dessa primeira tarefa que a nossa Relatoria, junto com a Assessoria, está conduzindo. O Deputado Fernando Ferro foi Relator da Comissão Especial. Se for o entendimento do Conselho, quem sabe em 15 ou 20 minutos, o Deputado Fernando Ferro poderia vir a este Conselho para fazer uma síntese de todas as discussões que ocorreram, para trazer esse acúmulo aos Deputados do Conselho e, assim, tirarmos um encaminhamento em relação às matérias em tramitação na Casa. Então, sobre a primeira tarefa, já estou sugerindo um encaminhamento para deliberação.

A segunda tarefa que assumimos foi a da realização de um seminário de âmbito internacional sobre energias renováveis, marco jurídico, marco regulatório. Nós temos uma pré-proposta, que na próxima reunião do Conselho poderemos apresentar oficialmente, inclusive contactando algumas lideranças nacionais e internacionais que pudessem participar do seminário. O que está faltando para apresentarmos a proposta — e a nossa ideia é a de fazer em agosto o seminário internacional — é o contato com alguns especialistas do mundo, para saber se eles têm disposição de vir para o seminário. Daí apresentaríamos uma proposta definitiva.

Então, em relação à realização de um seminário internacional nessa área — na época em que o Deputado Mauro Passos estava no âmbito deste Conselho, foi realizado o primeiro seminário internacional —, nós poderíamos, no âmbito daquela tradição, para valorizar o Conselho, para valorizar essa tradição, realizar o segundo seminário, não o primeiro. Para legitimar e consolidar essa construção, poderíamos realizar o segundo Seminário Internacional *Energia Renovável e Desenvolvimento*.



Eu contactei, inclusive, a Presidente da Agência Internacional de Energias Renováveis. Ela tem disposição de vir ao Brasil. Só precisaria ver a data que daria para conciliar. Então, na hora em que tiver a resposta, eu poderia — já na próxima reunião — apresentar a proposta definitiva do marco jurídico, do marco regulatório e das políticas públicas para as energias renováveis no País.

Em terceiro lugar, eu assumi o compromisso de trazer um livro para os Deputados.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Inocêncio Oliveira) - É verdade.

O SR. DEPUTADO PEDRO UCZAI - Não sei quantos Deputados estão aqui. Mas, como a mala é pesada, estamos trazendo “em prestação”, igual a crediário de loja. *(risos)* Tenho oito livros aqui. E quantos Deputados estão aqui? Então, eu poderia fazer assim: eu dou o primeiro volume a um Parlamentar, o segundo volume a outro e, na próxima, eu inverte. Podemos fazer dessa forma?

Pediria à nossa Assessoria que anotasse o nome de quem vai receber o primeiro volume. Dessa forma, na próxima vez, eu vou entregar o segundo volume a quem recebeu o primeiro, e o primeiro volume a quem recebeu o segundo. E já está para ser editado o terceiro volume desses debates que realizamos.

Abro um parêntese para dizer que nós já fechamos a realização do quinto seminário chamado *Sustentar 2011*. Na próxima reunião eu trarei a programação. São 2 dias de duração, o seminário é muito mais complexo, com expositores e palestrantes do mundo inteiro. Vai acontecer nos dias 29, 30 e 31 de agosto esse próximo evento, para o qual estamos acumulando esses debates e essas publicações.

Então, esse foi o terceiro compromisso que assumi e estou fazendo chegar à mão dos nobres Parlamentares.

Em quarto e último lugar, nós já temos condições, com base nos levantamentos feitos pela nossa Assessoria, de apresentar, depois da proposta do seminário, um cronograma de trabalho sobre a ouvida de outros grandes especialistas nessa área de energias renováveis.

Eram essas as considerações, Sr. Presidente, Srs. Deputados, para deliberação e encaminhamento, na matéria das energias renováveis.



O SR. PRESIDENTE (Deputado Inocêncio Oliveira) - Quero agradecer ao Deputado Pedro Uczai a belíssima apresentação, sobretudo este livro, que é uma contribuição importantíssima: *Inevitável Mundo Novo*.

Realmente, nós vivemos um mundo novo: o mundo da tecnologia, o mundo do avanço, o mundo da comunicação em tempo real e assim por diante.

Acho que o livro é bem ilustrado. O primeiro volume é uma contribuição importantíssima. Este segundo volume, por certo, continuará com as mesmas qualidades do primeiro. Vejo aqui uma energia voltaica moura, lá em Portugal, (*risos*) emanada de Pernambuco. É uma contribuição lá do interior de Pernambuco. Começou em Belo Jardim.

Nós aprendemos muito com essas coisas, Deputado Pedro. Eu gostei muito e vou ler.

O SR. DEPUTADO PEDRO UCZAI - Na última reunião, comentei que estaria vindo uma delegação de empresários de Portugal e da Espanha para o Brasil. Vieram também agentes dos laboratórios, que têm disposição de montar fábricas de painéis fotovoltaicos no Brasil. São duas empresas, com duas tecnologias diferentes: uma trabalha com painéis de silício horizontal e a outra com painéis de filme fino, que já é a segunda geração de tecnologia de energia solar.

Eles têm disposição de investir no Brasil. Já foi assinado um protocolo, inclusive, para viabilizar esses empreendimentos de fabricação nacional. E, o que é mais interessante, eles têm disposição de transferir tecnologia para parceiros do Brasil.

Em segundo lugar, hoje, às 16h30min, temos reunião com Jorge Hereda, Presidente da Caixa Econômica Federal, ocasião em que vamos sugerir que, efetivamente, no Programa Minha Casa, Minha Vida, seja incorporado o que é o desejo de muitos Parlamentares, inclusive vendo os projetos em tramitação, ou seja, o aquecimento térmico solar nas casas.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Inocêncio Oliveira) - Eu tenho um desses também, de energia solar.

O SR. DEPUTADO PEDRO UCZAI - Hoje, do salário de um trabalhador que se beneficia do programa, de zero a 3 salários mínimos, principalmente de 1 salário mínimo, no período de inverno, principalmente na Região Sul, são gastos 20% com



energia elétrica. O benefício social é para consumidores de até 150 quilowatts. Passou disso, o trabalhador paga integralmente. Pagando integralmente, ele paga de 80 a 100 reais por mês pela energia elétrica, quando tem dois filhos em casa.

Então, os mais pobres são os que mais pagam, muitas vezes, proporcionalmente ao seu salário, pela energia elétrica no País. E o Programa Minha Casa, Minha Vida poderia incorporar, numa produção em grande escala — e, portanto, barateando a tecnologia, como foi a dos computadores e a da televisão, como foi de qualquer área —, em que o Governo financia 100% do projeto de habitação para famílias com renda de zero a 3 salários mínimos, obrigatoriamente, a energia térmica, a energia solar. Ainda não a energia fotovoltaica, porque o custo é muito alto e é preciso ser desenvolvida em escala no Brasil para se tornar viável. Mas pelo menos a energia térmica, solar.

Acho uma violência essa transferência de dinheiro dos mais pobres, muitas vezes de energia elétrica, para alguns setores só, o que poderia ser minimizado, para que consumissem mais alimentos com a economia em outros setores.

Então, na reunião de 16h30min com o Sr. Jorge Hereda, um dos pontos da pauta é esta matéria.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Inocêncio Oliveira) - Muito bem. Agradeço ao Deputado Pedro Uczai.

Eu gostaria de dizer que, outro dia, visitei a cidade de Fortaleza. Em Pernambuco há uma dificuldade muito grande nas praias porque não produz energia eólica. As praias de Pernambuco fazem curvas, apesar de serem belíssimas. No Ceará, não: as praias são em linha reta.

Eu pedi um helicóptero e sobrevoei todas as praias do Ceará. Não há, desde a cidade de Fortaleza até o último local do litoral cearense, uma praia em que não haja uma torre de energia eólica, uma perto da outra. Há várias usinas de energia eólica. Eu fiquei muito impressionado, Deputado José Linhares.

Estou provocando V.Exa. para entrar neste debate porque eu fiquei impressionado com o Ceará. Tanto é verdade que eu pedi ao Governador de Pernambuco, meu grande amigo Eduardo Campos, que fizesse um estudo no interior de Pernambuco, procurando fazer a interiorização do desenvolvimento. S.Exa. mandou fazer o estudo nas serras e identificou várias serras do interior do



Estado onde se poderia colocar uma usina de energia eólica. Por isso nós somos adeptos disso.

Eu queria saudar o Deputado Jaime Martins. No dia 8 de junho, como já disse, nós vamos lançar o marco regulatório.

Então, como eu dizia, o Governador de Pernambuco mandou fazer o estudo no interior, nas serras, inclusive na minha Serra Talhada. Eu acho que vai dar certo fazer uma pequena usina lá, começando aos poucos e com um sistema de ampliação; vamos fazer um sistema de módulos. O primeiro módulo é uma pequena usina, com 10 ou 20 torres de energia eólica. Depois, nós poderemos aumentar paulatinamente.

O Brasil tem usado um sistema hidrelétrico que eu considero o mais viável. Eu sou contra as grandes usinas. Eu acho que as grandes usinas recobrem as melhores terras, obrigam as desapropriações, causam gravíssimos problemas ao meio ambiente. Por isso, eu sou a favor das pequenas. Pernambuco, inclusive, tem feito isso muito. As usinas de açúcar em Pernambuco hoje têm usado o bagaço de cana para fazer o açúcar e o álcool. Eles têm uma barragem muito grande e aproveitam para fazer energia, que entra no sistema de energia elétrica e é vendida, através de competição, por um preço espetacular. Todas hoje estão muito bem, graças a essa energia que eles estão vendendo.

Outra coisa que eu considero importante também é o fato de que se paga a cidade. Inclusive, uma cidade do meu Estado, agora, lá no interior do agreste, Lajedo, cujo Prefeito é Presidente da AMUP — Associação Municipalista de Pernambuco, já anunciou que vai ganhar *royalties* pelo crédito de carbono.

Então, eu acho que esses temas são todos importantes, Pedro. Não poderia haver tema melhor para nós discutirmos do que esse. Esse tema está na minha cabeça, e eu vou ler tudo isso aqui que você escreveu, porque eu me interesso muito por essas energias renováveis. Provoquei o Deputado José Linhares porque S.Exa. é muito bom nesse debate.

O SR. DEPUTADO JOSÉ LINHARES - O importante é que não é só na orla marítima de Fortaleza, mas muito também na orla marítima de Camocim, Chaval, interiorizando a energia eólica. Nós já estamos com mais ou menos 15 a 20 usinas funcionando. Então, realmente, a experiência do Ceará tem sido exitosa. E a



estamos ampliando a cada ano. Enfim, estamos tendo êxito muito grande nesse aspecto. Isso para a população pobre tem um significado muito grande.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Inocêncio Oliveira) - Eu não sei com qual dos quatro temas eu estou mais empolgado. Quero logo dizer que estou empolgado com os quatro. Eu não sei qual é o mais importante, se é *"Inovação, Propriedade Intelectual e Patentes"*, *"Marco Regulatório para as Energias Renováveis"*, *"Logística Portuária e Transporte Intermodal"* ou *"Capacitação Tecnológica das Micro e Pequenas Empresas"*.

Já se notou, no Brasil, que as pequenas e microempresas hoje são as maiores geradoras de emprego e renda. Por isso, nós precisamos fortalecê-las. E também há um estudo que mostra que mais de 50% desaparecem 1 ou 2 anos depois de surgir, por falta de apoio. Se se der capacidade, elas poderiam competir até com produtos das médias e grandes empresas. Essa é a razão por que eu me empolgo muito com esse tema *"Capacitação Tecnológica das Micro e Pequenas e Empresas"*, que será relatado pelo ilustre Deputado Ariosto Holanda.

Parabenizo, mais uma vez, o Deputado Jaime Martins pelo estudo aprofundado que fez. É uma contribuição importante, que nós vamos dar ao País.

Nós queríamos que, neste ano, esses quatro temas fossem desenvolvidos e, ao final do ano, nós pudéssemos dar mais uma contribuição a esse setor. No próximo ano, nós iniciaremos outros debates. Vamos dar prioridade a esses. Se for preciso, em determinado momento, em vez de reuniões de 15 em 15 dias, vamos fazê-las semanalmente. Mas nós vamos desenvolver esses quatro temas com vontade de servir ao País, com vontade de dar uma contribuição importante à Nação. Todos os temas são importantíssimos. Estou empolgado com todos eles.

Nós vamos fazer o possível para que possamos, Pedro, fazer com que todos saiam daqui este ano com uma contribuição importante.

Concedo a palavra ao Deputado Jesus Rodrigues, com muito prazer.

O SR. DEPUTADO JESUS RODRIGUES - Gostaria de lembrar, caro Presidente, que, no tocante às energias renováveis, eu pedi que nós déssemos atenção especial à agricultura familiar. E eu só queria deixar isso registrado, para que nós possamos, no momento adequado — em um capítulo, ou com a criação de uma subcomissão —, apreciar essa questão da produção de energia renovável



também por meio da agricultura familiar, como aquele velho projeto do Lula com a mamona, que não deu certo. Mas os estudos continuam, e eu tenho estudado já há algum tempo essa possibilidade com outras espécies, como a batata doce e a mandioca, para a produção de etanol.

Então, eu acho que é um momento oportuno para que possamos incluir, no tema da produção de energia renovável o etanol e o biodiesel a partir da agricultura familiar.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Inocêncio Oliveira) - Inclusive, já foi aprovada, na última reunião, quando V.Exa. falou sobre o assunto, a inclusão da agricultura familiar no tema energia renovável, sobretudo a partir do uso da batata doce e da mandioca. Eu acho que esses são produtos que são hoje...

O SR. DEPUTADO JESUS RODRIGUES - Há também o girassol e muitas outras possibilidades, tanto para o biodiesel quanto para o etanol.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Inocêncio Oliveira) - ...produzidos em alta escala pelos agricultores familiares.

O SR. DEPUTADO JESUS RODRIGUES - É isso.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Inocêncio Oliveira) - Muito obrigado, Deputado Jesus Rodrigues.

Deputado Jaime, gostaria de fazer uso da palavra?

O SR. DEPUTADO JAIME MARTINS - Obrigado, Sr. Presidente. Quero apenas justificar meu atraso. Nas quartas-feiras, nós temos que nos multiplicar e estar em muitos lugares ao mesmo tempo. A minha fala seria a primeira e está se transformando na última.

Gostaria apenas de dizer que essa questão do setor mineral já está realmente na sua fase final. Já fizemos um seminário no ano passado, com a participação dos grandes especialistas do Brasil sobre o marco regulatório do setor mineral. E o caderno já está na gráfica, em fase final dos trabalhos para impressão. O nosso desejo é o de que, no próximo dia 8 de junho, nós possamos lançar este caderno. Aproveito para já deixar aqui o convite, solicitando a todos que já coloquem isso em suas agendas. Vamos convidar, naturalmente, os Governadores, sobretudo os dos Estados envolvidos, e as autoridades ligadas ao setor mineral, para que possamos



dar ao País a colaboração deste Conselho, no sentido de que possamos encontrar um caminho adequado nesse tema.

Claro que não temos aqui a pretensão de esgotar o tema. Ele é muito mais amplo. E, claro, nem todas as opiniões convergem. Nós buscamos encontrar o caminho do equilíbrio, o caminho do meio, que possa, ao mesmo tempo, dar ao Brasil, aos Estados e Municípios, a renda que achamos ser justa, que venha do setor mineral, mas sem tirar também a competitividade das empresas. Então, aqui, no dia 8 de junho, vamos lançar esse caderno.

Na reunião passada, eu cheguei a abordar aqui um novo assunto que nós gostaríamos de encaminhar, na sequência desse. O Senador Eliseu Resende, como Deputado e, depois, como Senador, trabalhou muito no chamado Sistema Nacional de Viação, uma das últimas matérias aprovadas aqui no final do ano passado. E a lei aprovada sofreu vetos importantes. Assim, o sistema que está aprovado não atende ao interesse nacional; precisa de profundas revisões. Na verdade, é preciso quase a construção de um novo sistema.

Tendo trabalhado nos últimos 16 anos com as ferrovias, já conhecendo bastante esse segmento e também o dia a dia das hidrovias, das vias navegáveis, e também das rodovias, eu quero propor que possamos trabalhar, aqui no Conselho, com esse novo sistema integrado nacional de logística. Que nós possamos trabalhar nisso na sequência desse trabalho do setor mineral.

Já na próxima reunião, eu vou formalizar ao Conselho essa proposição para que possamos fazer a avaliação.

No mais, quero parabenizar também os colegas que estão desenvolvendo aqui os seus trabalhos. Quero dizer que este Conselho tem tido um papel fundamental. Mesmo não tendo a visibilidade na mídia que deveria ter, daqui saíram importantes projetos. Esperamos que esses também possam cumprir o seu papel de ajudar o nosso Brasil.

Obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Inocêncio Oliveira) - Eu queria saber se o nobre colega Deputado Paulo Foletto, do PSB do Espírito Santo, gostaria de dizer algo, dar alguma contribuição. Na primeira reunião, a pessoa ouve mais do que fala, mas V.Exa., pela sua experiência, poderá dizer alguma coisa.



O SR. DEPUTADO PAULO FOLETTO - A minha experiência é pequena, Sr. Presidente. Só quero registrar a satisfação da oportunidade de poder fazer parte do Conselho de Altos Estudos.

Eu me interessei pelo Conselho desde que li os cadernos e consultei a minha assessoria sobre se seria possível fazer dele. Foi possível, e estou muito satisfeito por isso. Com certeza, vou aprender bastante e agregar bastante potencial ao meu mandato.

Especificamente na questão do Espírito Santo — talvez até para o próximo ano nós já possamos conversar sobre isso, pois há tempo ainda —, nós estamos ganhando — ainda estamos em fase de consolidação —, um instituto da Mata Atlântica no Estado. O que era um museu, ligado ao Ministério da Cultura, está sendo transferido para o Ministério da Ciência e Tecnologia e vai ser transformado no Instituto Nacional da Mata Atlântica. Nós estamos trabalhando para que, no Município no qual fica localizado o museu, que tem uma reserva biológica municipal, possamos fazer um comodato. O Prefeito já deu sinais positivos nesse sentido, e 80 hectares de Mata Atlântica poderão ser transformados em um campo de estudos, de experiências, para cursos de mestrado e de doutorado. Enfim, acho que isso pode fazer parte do nosso horizonte, para que possamos desenvolver aqui esse tema. Essa é a minha primeira participação. Vamos trabalhar isso com calma .

Estou muito satisfeito e alegre de participar deste trabalho com V.Exas.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Inocêncio Oliveira) - Muito obrigado, ilustre Deputado Paulo Foletto.

Queria saudar o nosso colega Deputado Cesar Colnago, do PSDB do Espírito Santo, e que hoje está sendo indicado suplente do Conselho, na vaga do PSDB. Eu queria saudar S.Exa. e dizer-lhe que estou muito satisfeito com o seu desempenho em Plenário. Portanto, S.Exa. deve dar uma boa contribuição aqui também.

Eu queria dar a palavra a S.Exa. para algumas considerações.

O SR. DEPUTADO CESAR COLNAGO - Obrigado, Sr. Presidente. É um prazer estar aqui. Cheguei durante a fala do meu colega de Estado, Deputado Paulo Foletto. Hoje, conversando com S.Exa. sobre alguns assuntos de interesse nacional, ele me disse que o PSDB estava sem a suplência. Eu conversei com o Líder, e ele já está fazendo a indicação para que possamos participar deste Conselho, com



certeza aprendendo muito e contribuindo naquilo que for possível. Será um prazer imenso. Farei todo o esforço para me dedicar e estar presente aqui às quartas-feiras, dia das reuniões.

Obrigado, Sr. Presidente. Obrigado pelas palavras sobre a nossa atuação no Plenário.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Inocêncio Oliveira) - Com a palavra o Deputado Fernando Marroni.

O SR. DEPUTADO FERNANDO MARRONI - Sr. Presidente, caros colegas do Conselho, para mim é uma honra, uma alegria voltar a fazer parte deste órgão, do qual já participei na Legislatura passada.

Penso que os temas que foram propostos e aprovados por este Conselho são os desafios que o Brasil tem pela frente: energia, sustentabilidade, tecnologia, inclusão. E entendo que o Presidente tem toda a razão: se nós precisarmos acelerar o ritmo dos nossos trabalhos, eu penso que todos aqui têm a máxima disposição para isso.

Este Conselho tem desenvolvido importantes temas e tem produzido trabalhos excepcionais, orientadores de discussões na Câmara e também da interlocução com o Executivo.

Estamos aqui, mais uma vez, com muita vontade de enfrentar os desafios do Brasil e contribuir na discussão desses importantes temas.

Muito obrigado, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Inocêncio Oliveira) - Obrigado.

Alguém mais deseja falar? *(Pausa.)*

Concedo a palavra ao ilustre Deputado Jesus Rodrigues.

O SR. DEPUTADO JESUS RODRIGUES - Sr. Presidente, infelizmente, temos de nos desdobrar. Falamos aqui sobre etanol, e também estou envolvido em outra questão ligada ao álcool, agora com relação a bebida alcoólica. Está sendo instalada agora uma Comissão da qual faço parte. *(Risos.)*

A bebida alcoólica e o etanol estão na minha pauta. Assim, peço licença para me retirar.

(Intervenção fora do microfone. Inaudível.)



O SR. DEPUTADO JESUS RODRIGUES - No sangue não, porque há algum tempo que eu não...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Inocêncio Oliveira) - Deputado Luciano Moreira.

O SR. DEPUTADO LUCIANO MOREIRA - Sr. Presidente, está havendo votação na Subcomissão Especial da Reforma Tributária, da qual sou membro efetivo.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Inocêncio Oliveira) - E por isso vou liberá-los mais cedo.

O SR. DEPUTADO LUCIANO MOREIRA - Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Inocêncio Oliveira) - Nada mais havendo a tratar, encerro os trabalhos, agradecendo a todos a presença. Espero, daqui a 15 dias, já termos algo concreto sobre os temas tratados.

Um abraço fraterno a todos.

Muito obrigado.